

O COMPORTAMENTO DIANTE DO PARADIGMA BEHAVIORISTA RADICAL

BEHAVIOR UNDER THE PARADIGM OF RADICAL BEHAVIORISM

KESTER CARRARA E DIEGO ZILIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, CAMPUS DE BAURU, BRASIL

RESUMO

A questão da definição de comportamento frequenta a literatura científica de diversas áreas do conhecimento há mais de um século, sem que os pesquisadores tenham estabelecido acordo sobre aspectos fundamentais envolvidos no tema. As principais discussões estão vinculadas à identificação ou não do termo com atividade, ação, relação, evento e interação. Este artigo recupera parte do contexto histórico de evolução do termo, aponta implicações derivadas de se optar por alguma dentre as principais definições disponíveis e elabora um cenário analítico que – espera-se – possa contribuir com a comunidade de analistas do comportamento para realizar escolhas consistentemente contextualizadas de uma definição de comportamento especialmente direcionada ao âmbito do comportamento operante tal como formulado pelo Behaviorismo Radical.

Palavras-chave: comportamento; behaviorismo; análise do comportamento.

ABSTRACT

The matter of defining behavior figures scientific literature of diverse areas of knowledge for over a century, but an agreement about the fundamental aspects related to the topic was not reached yet. The main discussions usually identify behavior with diverse terms such as activity, action, relation, event and interaction. This article brings into discussion some aspects of the historical context related to the evolution of the term ‘behavior’. Furthermore, it discuss some implications of adopting the main definitions available and, in doing so, it also provides an analytical framework that we hope may be useful to behavior analysts in making consistent and contextualized choices on the definition of behavior, especially in the domain of operant behavior as formulated by radical behaviorism.

Keywords: behavior, behaviorism, behavior analysis.

Os autores agradecem ao CNPq e à FAPESP pelo apoio mediante Bolsa de Produtividade Científica ao primeiro autor (Proc. 305405/2011-0) e Bolsa de Pós-Doutorado ao segundo (Proc. 2013/17950-1).
Correspondência pode ser enviada para Kester Carrara, kestercarrara@cnpq.pq.br

Embora definir termos implique rotineiramente delimitar um *definiens* comutável com um *definiendum*, é prudente considerar que, para além dessa abordagem linear, há sempre uma questão residual no entorno do procedimento de definir. Trata-se de responder, em cada contexto específico, à indagação sobre “para que”, “em função de que”, “sob que condições”, “em que contexto” ou “com que finalidade” o termo será empregado. Nessa perspectiva, está fora do propósito deste artigo qualquer pretensão de identificar ou construir uma definição universal de base lógica para ‘comportamento’. Há “comportamentos” por toda parte, em diferentes disciplinas e frente a circunstâncias e condicionantes diversos. O procedimento de redução do escopo da definição, entretanto, garante (nada além de) um conforto aparente, uma vez que a ingente tarefa de definir comportamento – mesmo quando restrita ao âmbito da inextricável díade Análise do Comportamento/Behaviorismo Radical – exige atenção para com os possíveis condicionantes lógicos, funcionais e ontológicos daquilo a que (um processo, uma relação, um evento?) se refere o termo.

Algumas das múltiplas acepções de ‘comportamento’ serão abordadas, mas apenas no sentido de que proceder dessa maneira possa constituir-se em estratégia útil para dar especial distinção à maneira com que o termo adquire sentido na Análise (Experimental, Conceitual ou Aplicada) do Comportamento. Recompilar usos de ‘comportamento’ extrínsecos à Análise do Comportamento servirá, aqui, apenas como recurso adicional à contextualização conceitual de interesse, mas não constitui finalidade precípua deste ensaio. Nele, algumas espécies de definição serão deixadas de lado: as operativas ou operacionais e as ostensivas, por exemplo, a contar pela lista das oito principais elencadas por Hegenberg (1974). De outras, como as contextuais e as analíticas, serão absorvidas algumas características quando possam subsidiar a descrição de aspectos funcionais vinculados a ‘comportamento’ no âmbito específico da Análise do Comportamento. Examinar termos, no sentido oferecido por Skinner (1945) implica deter-se na caracterização de seu emprego na explicitação de relações funcionais. Olhar para estas constitui tarefa sobremaneira psicológica, mais que lógica, implicando, na ótica do comportamentalismo, identificar e descrever as instâncias inseparáveis da contingência tríplex.

Não há, todavia, um efetivo e consensual procedimento para definição de termos teóricos (e, porventura, seus significados no âmbito empírico). O cientista, ao buscar explicações para as relações entre variáveis, aferindo, por exemplo, se esta (uma independente) afeta aquela (uma dependente), depara-se com a exigência (no mínimo aquela requerida pelo pressuposto da replicação) de definir seus termos. Sua (socialmente respeitável) ilusão é a de que conseguirá compor uma descrição de vínculos, seja entre eventos discretos, seja entre conjuntos articulados destes e de outros conjuntos, constituindo fatos ou fenômenos da natureza. Fazer tal descrição, no entanto, requer clareza terminológica. E conseguir clareza terminológica dos termos de trabalho do cientista configura-se como regressão infinita, onde o pesquisador teria a incumbência de explicitar definições de termos subsidiários empregados na definição do termo que constitui o objetivo central do estudo. Esse processo, desde logo, é entremeado e contaminado pela impossibilidade prática de serem definidos todos os termos requeridos para a explicitação de outro termo (e/ou de seu “significado”). De qualquer modo, torna-se compulsória a admissão, *a priori*, de uns tantos termos ou expressões ou conceitos auxiliares, mesmo sem a responsabilidade de proceder a uma explicação infinitamente regressiva. Para Hegenberg (1974),

As teorias se sucedem, assim, na tentativa de explicar o “mundo” e seu êxito depende, muitas vezes, de se verem comparadas a outras teorias – e não tanto de se verem “completamente esclarecidas”, com os significados dos termos inteiramente esclarecidos. Sempre há um “resíduo” (aquilo que é básico na teoria – e, portanto, não explicado ou não justificado), isto é, asserções e termos que são acolhidos não porque indiscutivelmente assentados, mas porque merecem certa confiança e porque permitem a elaboração de generalizações. O que é básico não é, contudo, “sagrado”. Teorias se sucedem, mudando o que é básico, pondo em tela o que se admitia – tanto os termos como as asserções. (pp. 129-130)¹

Este trabalho ocupa-se em admitir como de bom senso o uso parcimonioso de alguns recursos terminológicos que preenchem essa característica

¹ Os autores optaram por manter, neste ensaio, o texto original das citações, exceto no caso de obras já publicadas em língua portuguesa.

de esQUIVA à regressão infinita: se, por um lado, não nos ilude a esperança de encontrar uma definição terminativa de comportamento, por outro nos anima a possibilidade de que, em contrapartida, possamos vislumbrar, sob um enfoque pragmático-funcional, uma caracterização de comportamento que bem instrumentalize a atuação do analista.

De todo modo, *definiendum* e *definiens* permanecerão pautados na busca de uma definição de comportamento, acompanhados de termos coadjuvantes que trataremos de explicitar, sem qualquer convicção de que possam ser tomados como unânimes, consensuais ou, no limite, para além de razoáveis. Por esta razão, tratamos, na sequência, da explicitação de algumas ferramentas terminológicas aqui adotadas enquanto inerentes ao tema abordado.

TERMOS AUXILIARES

A literatura da Análise do Comportamento tem feito referência a ‘comportamento’ de diferentes maneiras, que incluem considerá-lo como evento, como processo, como relação, como interação e como possuidor de outros atributos, condições e características. Antes de abordar no mérito a questão (o que é comportamento?), uma breve menção às formas mais usuais de caracterização da terminologia pode ser útil. Sintética e economicamente, apresentamos nossa compreensão básica a esse respeito, sem que nos detenhamos a ponto de – nem de longe – retroceder às minúcias, à maneira como Skinner (1991) procede quando faz análises comportamentais-etimológicas em “*Questões Recentes*”. Apesar disso, embora não nos acalente a esperança de que explicitar “nossos termos” seja suficiente para uma incursão mais clara à identificação do que é ‘comportamento’, enunciá-los brevemente tem a função de constituir uma pista remota da navegação que será possível empreender, mesmo numa aventura conceitual sem “plano de voo”, tal o emaranhado de condicionantes que relativizariam uma eventual definição terminativa. Serão deixadas à parte acepções terminológicas que notadamente escapem ao interesse do texto. Por exemplo, “relações”, no sentido coloquial de vínculos afetivos entre pessoas, analogia topográfica entre dois objetos, compartilhamento comercial e muitos outros. Embora essas situações sugiram a existência de comportamentos, não tipificam o objetivo central

deste ensaio, que passa por identificar as circunstâncias sob as quais se pode falar em ‘comportamento’ na Análise do Comportamento.

Nessa perspectiva (e seguindo com o mesmo exemplo), o conceito de *relação* está entre os que requerem esclarecimento. Implica a caracterização de nexos, conexão, ligação, dependência. Na Lógica e na Matemática, refere-se a uma variação concomitante de pares ordenados sob algum critério. No paradigma de equivalência de estímulos, certas propriedades das relações envolvidas (simetria, transitividade, reflexividade) constituem importantes aspectos estudados. Mais especificamente, ainda na Matemática, uma relação é uma correspondência entre conjuntos não vazios. Por exemplo, considerados os conjuntos A e B, nessa ordem, A é o conjunto de partida e B o de chegada. Essa correspondência entre os dois é dada em termos de pares ordenados, sendo o primeiro elemento do par procedente do conjunto A e o segundo do conjunto B. Note-se que, para haver uma relação, não é imprescindível que A e B tenham uma estrutura física material discernível. Nesses termos, relações associam-se visivelmente ao conceito de função, quando nos transportamos do contexto da contiguidade para o da variação concomitante (“se... então”). Nesse caso, o nexo ou relação de dependência entre dois elementos (par ordenado) é tal que a modificação (modulação) de um dos valores destes altera (concomitantemente) o valor do elemento do par que lhe corresponde. Cabe recordar, neste âmbito, o extenso trabalho de Mach (1883/1915), ao tentar mudar os objetivos da ciência, de uma busca das causas dos fenômenos para uma busca das relações funcionais entre variáveis que participam do fenômeno. Nesse itinerário, “descrever é explicar”, ou seja, descrever relações entre variáveis participantes de um fato da natureza mediante explicitação de variações concomitantes equivale a explicá-lo. A máxima machiana foi adotada desde o início por Skinner (1931/1961): “As a scientific discipline [behavior analysis] must describe the event not only for itself but in its relation to other events; and, in point of satisfaction, it must *explain*. These are essentially identical activities” (p. 337). Assim, transpondo a diretriz para a Análise do Comportamento, parece plausível sugerir que esta se ocupa das relações entre variáveis, quais sejam as antecedentes, as consequentes e as que intermediam

essas condições típicas da tríplice relação de contingências, no caso do operante, usualmente simbolizado pela sequência de evento antecedente, resposta e consequência. Desde já, saliente-se que o uso intercambiado na literatura de ‘resposta’ e ‘comportamento’ não é tecnicamente apropriado, em razão de argumentos que serão apresentados mais adiante, mas a lógica relacional entre comportamento e as condições antecedentes e consequentes é fundante para qualquer dos dois casos. Visto assim o comportamento, podemos, talvez intempestivamente, concluir que este não parece, propriamente, constituir-se *como* uma relação, embora seja *parte* inequívoca e fundamental de uma relação e só se dê no âmbito relacional. Mas há mais parâmetros a considerar antes de qualquer conclusão, como veremos adiante.

Ainda no campo da regressão infinita (e sempre imprecisa) aos termos subsidiários das definições científicas, defrontamo-nos com a ideia de “evento”, tão comum na literatura da Análise do Comportamento. Embora seja, por vezes, confundido com um elemento discreto, uma “coisa” ou “objeto” com que nos deparamos ao descrever certos fenômenos, o esboço etimológico de ‘evento’ sugere origem latina a partir do verbo *evenire* (resultar, acontecer) e sua consolidação em *eventus* (ocorrência, acontecimento, episódio singular). De acordo com Casati e Varzi (2006), na linguagem comum afirma-se que coisas ou objetos, como mesas e poltronas, existem, e que eventos ocorrem. Em adição, objetos parecem possuir dimensões espaciais bem definidas e dimensões temporais relativamente indefinidas. Para os autores, dizemos que uma mesa está no canto da sala ao lado da poltrona, mas não dizemos qual é a extensão temporal da mesa. Por outro lado, eventos possuem dimensões temporais bem definidas e dimensões espaciais relativamente indefinidas. Dizemos que o trovão durou três segundos, mas é mais complicado definir os limites espaciais do trovão. Outra diferença seria que, ao contrário dos eventos, é coerente dizer que objetos se movem. É possível mudar uma poltrona de lugar, mas não faz sentido mudar o trovão de lugar. Objetos são relativamente contínuos (eles persistem através do tempo estando presentes ao longo de toda a sua existência), ao passo que eventos são ocorrências (eles levam tempo e sua persistência tem diferentes partes ou “estágios” em diferentes pontos do tempo em que

ocorrem). A prática, então, tem reservado ‘evento’ a instâncias mínimas discretas dos fenômenos, tais como ‘resposta’ no comportamento operante (no entanto, diante de uma possível contradição em termos, talvez precisássemos perguntar, ao proceder a nossa regressão terminológica infinita: mas o que significam “instâncias discretas”? Jamais teríamos respostas definitivas, senão novos e novos termos auxiliares). Nesse contexto, seria viável designar o comportamento como um evento que intermedia as relações entre organismo e ambiente, tal como ‘resposta’ no paradigma da tríplice relação de contingências? Que o comportamento participa dessas relações parece afirmação inelutável. Entretanto, “participar de” não responde à pergunta “o que é?”, tarefa para a qual fomos convidados.

Skinner (1984b) explicita seu paradigma e as relações a que nele faz alusão:

An adequate formulation of the *interaction between an organism and its environment* must always specify three things: (1) the occasion upon which a response occurs, (2) the response itself, and (3) the reinforcing consequences. The interrelationships among them are the “contingencies of reinforcement.” (p. 7, *itálicos adicionados*).

Uma clássica e reiterada complementação da natureza interativa da Psicologia (comportamental) é oferecida por Keller e Schoenfeld (1950/1974):

Poder-se-ia definir a Psicologia como a *ciência do comportamento dos organismos*. Entretanto, esta definição simples é ao mesmo tempo incompleta e equívoca. (...) os psicólogos estudam o comportamento *em suas relações com o ambiente*. O comportamento isolado do meio em que ocorre dificilmente poderia ser objeto de uma ciência. Imagine-se, por um momento, o absurdo que seria uma fita que registrasse todo comportamento de um organismo, do nascimento até a morte e em que todas as indicações do mundo em que vive fossem cuidadosamente apagadas! Só quando se começa a relacionar aspectos do comportamento com os do meio é que há possibilidade de uma psicologia científica. (pp. 16-17)

Embora *comportar-se* seja equivalente a interagir com, depreende-se de ambas as citações não sugerirem que *comportamento* seja equivalente a interação. Interação implica ao menos duas instâncias, organismo e ambiente; comportamento

não é o que o ambiente faz, restando ser, então, o que o organismo faz. Embora seja seguro dizer que não há comportamento sem ambiente, é possível argumentar que parte das mudanças ambientais não é produzida pelo comportamento de qualquer organismo vivo, ao menos diretamente (o calor do sol mudando a temperatura da água do mar, por exemplo). Nesse sentido, há indícios convincentes de que comportamento é o que o organismo faz – como disse Skinner em 1938 – mas não qualquer coisa que é feita (a produção de enzimas hepáticas, digamos). De nosso interesse aqui, mudanças no ambiente são alterações havidas nesse ambiente que afetam o padrão (frequência, topografia, força-peso, duração) daquilo que o organismo faz. Além disso, o comportamento, embora fluxo processual, não se dá num segundo plano material (e, muito menos, num plano imaterial); dá-se dentro de uma estrutura espaço-temporal, que por sua vez é dotada de extensão e na qual reside, também, o próprio ambiente. Mesmo o pensamento ocorre numa dimensão física (parte do corpo do indivíduo pensante) e, sobre ele, enquanto evento privado, a pessoa que pensa pode discorrer (embora sujeita a equívocos de interpretação originados pela sua própria história de interação com o ambiente). Adicionalmente, comportar-se (o que só se dá em relação a alguma parte do ambiente total) não é, propriamente, uma relação, no sentido em que a conceituamos anteriormente como termo subsidiário de nossa discussão. A relação é vínculo, é nexa, implica dependência entre variáveis (sejam organizmicas, sejam ambientais), mas o comportamento não é o próprio nexa, embora participante inalienável da relação, tão importante quanto o ambiente em que se dá. Uma vez que o comportamento (com ênfase no operante, dados os objetivos deste texto, enunciados desde o seu título) pode ser mudado pelas consequências que ele próprio produz, não parece possível seguir-se daí que ele seja parte das consequências, já que estas constituem parcela do ambiente e uma vez que mudam a probabilidade de ocorrência de comportamentos, quando no âmbito das interações organismo-ambiente. Comportamento, conforme Skinner (1938, p. 6), parece ser “parte do funcionamento do organismo” e o organismo contata o ambiente com a participação, em diferentes contextos ambientais, de distintos órgãos, músculos, glândulas, tecidos e outras partes de que é constituído o

corpo. Ver um objeto e identificá-lo como uma árvore implica a participação prioritária do sistema visual, mas implica, igualmente, participação de partes do cérebro que mudam ao longo da história ontogenética (no sentido de que o corpo muda constantemente, em fluxo, a cada experiência que produz – ou resulta de, simultaneamente – alterações no ambiente).

Skinner imprime um significado claro à ideia de que o organismo (e não o comportamento) *interage* com o ambiente. Também parece deixar claro que as contingências de reforço devem ser reconhecidas pela descrição (temporo-espacial) das interações, num nível mais básico, entre respostas e ambiente. Quando, pelo nosso jargão, dizemos que mensuramos comportamento, na verdade o fazemos, por via do costume, nos referindo a uma instância particular, a resposta, cuja caracterização descritivo-funcional tenta garantir mensurabilidade. Se comportamento for considerado relação, na hipótese de inadvertidamente (e equivocadamente) equalizarmos comportamento e resposta, como esta pode ser a *unidade de uma relação* e, não, parte daquilo que o organismo faz? Porém – levando em conta as ponderações de Skinner sobre a necessidade de engenhosidade do cientista para “imobilizar” uma parte do fluxo comportamental a fim de medi-lo – mesmo uma meticulosa “divisão” do comportamento corresponde a uma unidade passível de mensuração, a resposta? De toda maneira, essa mensuração, por imprescindível num empreendimento científico, é necessariamente realizada, por exemplo, quando registramos frequência de ocorrência. A depender do tipo de resposta e do tipo de medida, um polígrafo pode fazer o registro. Então, se resposta é uma parte, uma unidade comportamental que nos permite aferição, podemos dizer que, de certa maneira, o fluxo comportamental poderá ser completamente descrito, mesmo que mutável, fluido e evanescente?

Retomando nosso exame terminológico, é possível constatar que os dicionários aludem a ‘comportamento’ como um substantivo masculino referido, no léxico, à “maneira de portar-se, conduzir-se, proceder”, ou seja, há uma referência ao “modo pelo qual”, ao “como” alguém ou algum organismo procede. É evidente que, a depender do emprego e do contexto, ‘comportamento’ também pode apresentar-se adjetivado, o que não é o caso de nossa análise: por exemplo, “o garoto tem ótimo comportamento na

escola” ou “muitas pessoas exibem comportamento predatório”. Por outro lado, há raras indicações para “comportar-se”, enquanto verbo que sugere, genericamente, “proceder”, em contrapartida a “proceder de tal maneira”. Interessante notar que, aparentemente, a familiaridade de comportamento com verbos de ação é mais bem reconhecida do que com substantivos: nesse sentido, o indivíduo não acumularia comportamentos (de modo substantivado e referente a algum reservatório físico para comportamentos). Lembremos que a ideia genérica de substantivo é a que o define enquanto classe gramatical de palavras que denominam seres (homens, mulheres), objetos (livro, relógio), pessoas (Mário, Maria), fenômenos (motivação, emoção), lugares (Brasil, São Paulo), sentimentos (raiva, amor), estados (alegria, tristeza), qualidades (honestidade, franqueza), atividades (caminhada, reunião): em alguma dessas categorias se enquadraria ‘comportamento’? Para alguns, este é relação; para outros, interação, ou processo, ou evento, ou ação. Talvez ‘comportamento’ esteja presente como termo subsidiário em vários dos “fenômenos” aqui relacionados, mas, como já foi dito, “estar presente” ou “participar de” não é, seguramente, o mesmo que “ser”. E a pergunta central formulada, reitere-se, continua sendo: o que é comportamento?

Uma vez que, aparentemente, a questão da “natureza” do que constitui ‘comportamento’ seja parte do problema, é provável que aproximar as lentes em direção a palavras como ‘*processo*’, ‘*interação*’ e assemelhados seja conveniente. A ideia mais básica de processo está estampada na sua origem latina de *procedere*, isto é, avançar, mover adiante, ir em frente, seguir. Isso implica um conjunto ordenado, articulado e sistemático de passos, com o qual se chega a algum objetivo ou a alguma condição distinta da condição inicial; conforme Todorov (2012), “... organismos se comportam em algum ambiente (não há comportamento no “vácuo”) – é um processo, ocorre no tempo e no espaço” (pp. 34-35).

A considerar que ‘comportamento’ (e, não, ‘comportar-se’) se constitua dessa sucessão ordenada de etapas interligadas, será ele um processo? Caso positivo, quais serão, passo a passo, esses seus componentes articulados ou articuladores? Skinner (1953/2003) dirá que comportamento não é uma coisa, mas um processo “mutável, fluido e

evanescente” (p. 16). Desejará aqui o autor sinalizar outras características do comportamento, para além de informar que, por sua complexidade, analisá-lo implica engenhosidade do cientista no sentido de especificar critérios para escolha de respostas (enquanto ocorrências discretas) que possam ser mensuradas?

Retomando nossos termos subsidiários e, ainda, discorrendo sobre o termo ‘interação’, a Análise do Comportamento é usualmente descrita como ciência das interações organismo-ambiente. Este seria o seu objeto de estudo. Mas o que diferencia, por exemplo, o objeto de estudo da Análise do Comportamento dos objetos da Biologia e da Física? Dizer que a Análise do Comportamento estuda interações é insuficiente, haja vista que, de modo geral, todas as ciências naturais estudam interações entre eventos (Kantor, 1975). Então, o que caracteriza a interação estudada na Análise do Comportamento? A resposta a essa questão talvez esteja ligada à própria definição de comportamento.

Se comportamento fosse definido como relação, então ‘relação’, ‘interação’ e ‘comportamento’ poderiam ser considerados sinônimos? Se, por outro lado, comportamento fosse definido como ‘o que o organismo faz’, então a Análise do Comportamento teria como objeto de estudo a interação entre organismo, mediante o comportamento, e eventos ambientais? Consequências interessantes se seguem a depender da resposta que for dada a essas questões. Tomemos o próprio nome da área: “Análise do Comportamento”. Deduz-se que o objeto de *análise* seja o *comportamento*. Pessoas que fazem parte desse grupo são chamadas de *analistas do comportamento*. Nesse contexto, se uma definição relacional de comportamento fosse adotada, então faria sentido (semanticamente) nomear a área de “Análise do Comportamento” ao mesmo tempo em que a descrevemos como uma “ciência das interações entre organismo e ambiente” que se instrumentaliza pela identificação e descrição de relações funcionais. Porém, se a definição não relacional for a escolhida, então há certa imprecisão entre o nome da área e a descrição do seu objeto. Analistas do comportamento, nesse caso, analisam interações e estas não seriam equivalentes a comportamento, já que este seria apenas parte da relação. Assim, “Análise do Comportamento” seria um título incompleto, pois

apresenta apenas parte do que é, de fato, analisado. Que caminho devemos trilhar em nossas incursões conceituais?

Muitos outros termos subsidiários comporiam nossa infinita lista de “termos auxiliares”. Para exemplificar, uma vez que costumeiramente falamos em “comportamento dos organismos”, talvez pudéssemos entender melhor ‘comportamento’ a partir de uma boa definição de “organismo”. É lícito falar em “comportamento dos organismos”, como o título da obra seminal de Skinner (1938) sugere? (cf. Roche & Barnes, 1997). O mesmo se poderia dizer em relação à ‘natureza’, a ‘fatos’, a ‘fenômenos’, a ‘ontologia’ e numerosos outros termos inalienáveis ao jargão da Análise do Comportamento e da ciência em geral. Supondo demonstrada sobejamente a inviabilidade prática da tarefa infinitamente regressiva de definir termos subsidiários, daqui por diante apenas nos deteremos no exame de novos exemplares quando e se maior contextualização terminológica for exigida e imprescindível para a compreensão dos argumentos apresentados. A primeira e decisiva órbita terminológica em torno de ‘comportamento’ parece ser provisoriamente suficiente para prosseguirmos.

O COMPORTAMENTO NA LITERATURA CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA

De posse de alguns dos nossos termos subsidiários, tentemos identificar e avaliar – ainda sem um compromisso com qualquer definição – o que se tem destacado na literatura, considerando Skinner, seus comentadores e alguns autores que percorrem outras áreas ou itinerários teóricos. Não se trata de uma extensa revisão, vez que o uso do termo se disseminou em praticamente todas as áreas do conhecimento e elaborar mesmo que um arremedo de estado da arte seria inviável. Em decorrência, serão comentadas, ainda que sob um arbitrário critério de relevância histórica, evolutiva e pragmático-funcional, algumas passagens importantes da literatura que revelam empregos por vezes bastante distintos do termo ‘comportamento’.

Para desenvolver essa retrospectiva e torná-la mais pertinente a uma definição “comportamental” de ‘comportamento’, o caminho adotado terá, na medida do possível, uma lógica temporal (das origens à contemporaneidade) e de proximidade entre áreas

(com exemplos prioritários da Psicologia, da Biologia Comportamental, da Análise do Comportamento, mas não da Economia, da Engenharia de Materiais ou da Biologia Celular, por exemplo). É evidente que encontramos o termo ‘comportamento’ em praticamente todas as áreas do conhecimento. Como ponderou Tawney (1915):

The term behavior sometimes denotes such phenomena as the action of oxygen or the motion of a comet, just as at other times it refers to the actions of organisms. Consequently, it is not possible clearly to mark off the subject-matter of psychology by this term alone, because it is not possible to do whatever we please with the established meanings of words. (p. 29)

Para exemplificar pela Física: *Aspects of critical behavior of two dimensional electron systems* (Metlitski, 2011) ou pela Engenharia de Estruturas: *Análise do comportamento de vigas de concreto de alto desempenho por meio da mecânica da fratura* (Borges, 2002). A respeito, dizia Kantor (1968):

In physics, behaviorism is the study of various activities, objects, or properties of objects; for example, moving bodies, energy, radiation, magnetic attraction, and atoms and their component electric charges. In biology, behaviorism signifies that the investigator observes the behavior of nucleic acids, cells, organs, and organisms, as well as various organic process such photosynthesis, metabolism, growth, reproduction and disintegration. In psychology, behaviorism is the study of the interactions of organisms with other organisms or objects. (p. 152)

Uma vez que o behaviorismo, em geral, busca uma aproximação de sua lógica explicativa àquela das ciências naturais, resulta intuitiva a ideia de que a finalidade de uma ciência comportamental seja prioritariamente dirigida às interações entre organismo e ambiente e não ao próprio comportamento, se concebido como *res extensa*. Particularmente e de maneira compatível com a do Behaviorismo Radical, o Interbehaviorismo situa a finalidade do behaviorismo “psicológico” mais no campo das interações (só possíveis numa dimensão espaço-temporal) do que, especificamente, no “fato” comportamental em si. Com isso, ainda que compreensível o status de uso

corriqueiro de *behavior* nas diversas acepções de *behaviorism*, não estaria no comportamento o foco principal ou o objeto de estudo buscado pela Análise do Comportamento, porém no comportamento *em suas relações* com o ambiente. Como bem já apontara Matos (1997), “... ao final das contas, o behaviorista não trabalha propriamente com o comportamento; ele estuda e trabalha com contingências de reforçamento, isto é, com o comportar-se dentro de contextos” (p. 45). Ou seja, o objeto de estudo da Psicologia (comportamental) é a análise das interações entre organismos e ambiente e o que instrumentaliza tal estudo é a descrição das variações concomitantes entre comportamento (compreendido, aqui, provisoriamente como classe de respostas) e contexto (ambiente). Por oportuno, observe-se que, neste ensaio, estamos adotando o conceito de ambiente nos termos enunciados por Matos (1997):

A expressão “mundo externo” não se refere ao que reside fora da pele do organismo e, sim (por necessidade conceitual de uma postura analítica), ao que não é a própria ação. Para o behaviorista radical, “ambiente” é o conjunto de condições ou circunstâncias que afetam o comportar-se, não importando se estas condições estão dentro ou fora da pele. É importante entender que, para Skinner, o ambiente é externo à ação, não ao organismo. É exatamente para evitar essas ambiguidades que Lee (1988) propõe a substituição da expressão “ambiente” por “contexto”. (p. 47)

Reingressando nas similitudes interteóricas possíveis, diferentemente do que uma genérica menção a afinidades entre Interbehaviorismo e Behaviorismo Radical possa sugerir, raramente esteve presente nos episódios históricos da Psicologia uma compreensão consensual do termo ‘comportamento’. Este, ao inverso, atravessa a história permeado por alternâncias conceituais a considerar. Retrocedendo, por marcante, ao artigo seminal de Watson (1913), encontramos o reconhecimento (apenas provisório) do autor a Pillsbury:

I was greatly surprised some time ago when I opened Pillsbury’s book and saw psychology defined as the ‘science of behavior’. A still more recent text states that psychology is the ‘science of mental behavior’. When I saw these promising statements I thought, now surely we will have texts based upon different

lines. After a few pages the science of behavior is dropped and one finds the conventional treatment of sensation, perception, imagery, etc., along with certain shifts in emphasis and additional facts which serve to give the author’s personal imprint. (p. 165-166)

Muito provavelmente, Watson estava se referindo ao Capítulo I de *Essentials of Psychology* (1911), onde Pillsbury grafa: “Psychology may be most satisfactorily defined as a Science of behavior. We shall discuss human behavior. Man may be treated as objectively as any physical phenomenon. He may be regarded only with reference to what he does” (p. 1). Desafortunadamente para Watson, a esperança de que seus antecessores imediatos renunciassessem como objeto de estudo da Psicologia o comportamento em si mesmo se desfaz nas considerações subseqüentes do texto citado e no livro seguinte de Pillsbury, *The Fundamentals of Psychology* (1916):

My own theory inclines towards a functionalism. The book is more concerned with what consciousness does than with what it is. As opposed to the extreme behaviorism, however, I am not concerned alone with understanding the movements of the organism and the function of the movements, but also with understanding knowledge and the way in which it develops. (p. vi)

MacDougall (1912) foi outro autor que definiu a Psicologia como ciência do comportamento antes da publicação do manifesto de Watson e um dos primeiros a colocar tal descrição em título de livro. Publicado em 1912, *Psychology: The Study of Behavior* começa com uma discussão sobre o objeto de estudo da Psicologia:

...we have agreed to try to define our science in terms which imply no theories, but rather familiar unquestionable facts only. If, then, we ask -What facts are there which are actually observed and studied by the psychologist and which do not fall wholly within the province of any other science? the answer must be twofold; namely, (1) his own consciousness, and (2) the behaviour of men and of animals in general. His aim is to increase our understanding of, and our power of guidance and control over, the behaviour of men and animals; and he uses what knowledge he can gain of consciousness to aid him in achieving such

understanding of behaviour. We may then define psychology as the positive science of the behaviour of living things. (p. 19)

Os excertos utilizados sinalizam o que mais tarde constituirá um diferencial muito claro para Skinner ante outras versões de Behaviorismo. Estará ele sempre interessado no comportamento como tal (e não no comportamento que apenas reflete processos ou eventos internos do organismo). Essa posição, desde já, descarta mais uma das acepções do termo ‘comportamento’, excluindo-a da definição almejada se se trata de uma espécie de ‘sintoma’ ou ‘representação’ de quaisquer outros processos que, eventualmente, se argumenta ocorrerem em outra dimensão fenomênica que não a do próprio comportamento.

Após o “manifesto”, alternam-se, ao menos entre as publicações do *Psychological Review*, pelos dez anos subsequentes ao artigo icônico de Watson (de 1913 a 1923), não mais que 12 artigos (Angell, 1913; Bawden, 1918, 1919; Bode, 1914; De Laguna, 1919; Kantor, 1919, 1920; Watson, 1916, 1917; Weiss, 1917a, 1917b, 1922) que fazem interface com o advento do behaviorismo e, por conseguinte, tocam no conceito de comportamento. Naturalmente, nos 90 anos seguintes (1924-2014), uma miríade de publicações se ocupa de alguma formulação conceitual relacionada a ‘comportamento’, do que se faz denotar a complexidade inerente ao tema. Para exemplificar a fértil e árdua trajetória do conceito, à maneira de uma arqueologia do Behaviorismo, tomemos o primeiro a pronunciar-se (Angell, 1913, publicado em julho, no número subsequente àquele em que aparece o “manifesto”, com observação do autor informando que o texto origina-se de apresentação feita na APA em 31/12/1912):

The term ‘consciousness’ appears to be the next victim marked for slaughter and as one of the claimants for its fading honors we meet the term ‘behavior’. ... In a paper presented to the Minneapolis meeting of the American Psychological Association, in 1910, I said: “But it is quite within the range of possibility, in my judgment, to see consciousness as a term fall into as marked disuse for everyday purposes in psychology as has the term soul. This will not mean the disappearance of the phenomena we call conscious, but simply the shift on psychological interest toward those phases

of them for which some term like behavior affords a more useful clue”. (p. 255)

No contexto histórico referido, sublinha Angell (1913), estendendo o conceito de comportamento a uma variedade de situações e a ele dando, desde logo, uma amplitude para além de mera instância:

The behavior of the mob, the execution of the ceremonies of religion, the various psychic and social circumstances surrounding the development of the family and clan, the peculiarities of sex and race, these are all matters of human behavior which lend themselves in large measure to objective description as well as to objective investigation, and the results so gained may not only claim a validity as great as any ordinary introspective observation, they are often in the very nature of the case results to which introspection in any usual sense of the term affords no adequate approach. (p. 258)

Mesmo em 1924, Weiss, embora por vezes se reconhecendo enquanto behaviorista, revelava em seus textos (1924a, 1924b) e nas suas citações, grande apego conceitual e terminológico, por um lado à dimensão fisiológica das atividades dos organismos, por outro à interpretação de dados a partir da introspecção. Tratou-se de um período atravessado por textos que admitiam mérito numa psicologia ‘comportamental’, mas mantinham muitos resquícios da herança de estados de consciência, inclinações e termos disposicionais diversos. Ou seja, frequentemente se buscava uma “interpretação comportamental” dos fenômenos já tradicionalmente examinados, mais que uma análise propriamente comportamental das atividades dos organismos. Influenciam significativamente os autores da época a publicação de relatórios do comitê de terminologia da APA (Calkins et al., 1922; Warren et al., 1918). Neles, entre outras definições então comumente referidas na literatura, encontram-se:

Psychology: a) the Science of mental phenomena; b) The Science concerned with the mutual interrelations of psychobiological organisms and their environment; c) the science of selves in relation to their environment; d) the science of mental behavior (1918, p. 90). ... **Behavior:** a) the reaction of an organism to its environment (biological usage); b) those simple or complex changes in an organism which follow or are concomitant with mental phenomena and which

may be observed in another organism than that of the observer or in his own (psychological usage); c) any mental activity of an organism. ... **Note:** the use of the term behavior ... in the sense defined ... is sanctioned by a number of writers in good standing. The majority of the committee is of the opinion, however, that such use is likely to cause confusion and misunderstanding. (1918, p. 95) ... **Objective Psychology:** a) psychology as concerned with mental phenomena expressed in the behavior of the organism to the exclusion of introspective data; comment: a synonym for behavior psychology ... **Action:** a) movement made by an individual with conscious intent; b) a synonym of behavior. (1922, p. 231)

Entre muitas outras tentativas para definir comportamento, Roback (1923) desenvolve o que provavelmente constituiu uma das melhores revisões à época. Do mesmo modo como a referência ao termo feita pelos demais autores ao longo da história do Behaviorismo, também sua definição de comportamento condicionava-se estreitamente ao que esse movimento significava no âmbito da Psicologia. Se no movimento predominava a compreensão de que o comportamento apenas “representava” a vida mental, então a definição de comportamento circundava apenas uma releitura ou uma tradução “objetiva” dos processos mentais. Roback (1923) concluía que o Behaviorismo reduzia toda a Psicologia ao estudo dos movimentos dos membros e ao âmbito dos músculos e glândulas, abrangendo o corpo como um todo. Dizia: “...Since movements are physical and not mental, it follows that psychology is concerned with physical manifestations alone” (p. 23). A revisão de Roback (1923) sugere que a primeira referência ao termo ‘comportamento’ teria sido encontrada em escritos do Duque de Argyll (1866) referindo-se a leis descritivas de combinações entre elementos químicos. No entanto, reserva a Jennings (1906) sem assegurar acurácia nessa referência, o primeiro uso de ‘comportamento’ dizendo respeito exclusivamente a ações de organismos vivos. Encontra-se em Jennings: “...by behavior we mean the general bodily movements of organisms” (p. v).

Embora para ser reconhecido como ciência todo sistema teórico tenha que valer-se de definições que sejam de entendimento comum na comunidade científica, ainda hoje a literatura behaviorista não é habitada pelo consenso em torno do conceito

de comportamento. Para exemplificar: Matos (1999) afirma que “... uma relação funcional não é diretamente observável; *o que observamos são as mudanças* no fenômeno ‘comportamento’ e mudanças no fenômeno ‘ambiente’...” (p. 13). Para De Rose (2001), “de modo genérico, o termo ‘comportamento’ *refere-se à atividade dos organismos* (animais, incluindo o homem), que mantém intercâmbio com o ambiente. Essa atividade inclui os movimentos dos músculos estriados e dos músculos lisos, e a secreção das glândulas” (p. 1). Tourinho (2006) pondera que “relações comportamentais significam relações *entre ações do homem e eventos do mundo* físico e social com o qual ele interage”, e acrescenta: “...essas ações e eventos são assumidos como constitutivos de relações apenas quando é possível especificar a função que desempenham em relação uns aos outros” (p. 3). Lopes (2008), por sua vez, conclui que “comportamento é, portanto, relação organismo-ambiente, que pode ser entendida ...do ponto de vista da Análise do Comportamento como uma *relação de interdependência entre eventos ambientais, eventos comportamentais, estados comportamentais e processos comportamentais*” (p. 11). Já Rico et al. (2012) declaram que “...*comportamento* é uma relação que se estabelece entre o organismo e seu ambiente, cabendo ao analista do comportamento identificar e estudar os determinantes dessa relação” (p. 42). Robinson (2003) reflete: “Existen varios tipos de verbos. Es interesante referirnos a algunos de ellos y darnos cuenta de que utilizamos diferentes tipos de verbos para hablar de sucesos conductuales (caminar) o de sucesos no conductuales (llover). Um suceso es algo que ocurre (que sucede) y no algo que es, como una cosa u objeto. Por lo tanto, el comportamiento es un proceso, no es una cosa; es un suceso o evento” (p. 117); Ribes (2004), por seu turno, afirma: “(1) “behavior” is not a technical term specifying a subject matter unique to psychology; (2) although behavior, like concrete acts, involves movements and actions, it is not identifiable through movements or actions...” (p.67).

É possível notar, assim, que há diversos entendimentos, conceitos, definições de ‘comportamento’ dentro da própria literatura comportamental. Como bem observa Todorov (2012), “... a palavra *comportamento* tem sido usada de diferentes maneiras na ciência e também na

linguagem cotidiana” (p. 33). Uma delas consistiria em afirmar que “... comportamento é a interação entre organismo e ambiente” (itálico adicionado), que o autor considera “enganosa e tentadoramente simples” (p. 33). Reitera, à p. 34: “Para a análise do comportamento, o que interessa é a interação. Isso não quer dizer que comportamento é interação”. Numa direção compatível com essa observação, registra: “Não faz sentido dizer que estudamos o comportamento em relação ao ambiente e, ao mesmo tempo, dizer que comportamento é a relação” (p. 35, itálico adicionado). No artigo de 2012, o autor oferece um extenso exemplário de citações reveladoras de inconsistências quanto à definição de comportamento. De maneira a nosso ver consistente, bem aponta incoerência principalmente quanto à compreensão comum de comportamento como interação/relação e o fato em contrapartida indiscutível de que não se concretiza o comportamento quando não seja no âmbito de uma dimensão interativa/relacional. Anteriormente, em publicação de 1989, Todorov faz 23 referências ao objeto da Psicologia como sendo a interação *organismo-ambiente*, dentre as quais: (1) “O artigo analisa os problemas existentes em variedades de definições de Psicologia e expõe as vantagens, do ponto de vista da Análise do Comportamento, de definir-se Psicologia como o estudo de interações organismo-ambiente” (p. 57); (2) “O que torna a moderna análise do comportamento distinta é seu uso e a exploração das possibilidades que a visão oferece para o estudo de interações organismo-ambiente” (p. 58); (3) “Sem a decomposição necessária para análise, o todo é ininteligível; por outro lado, a ênfase exclusiva nas partes pode levar a um conhecimento não relacionado ao todo. (...) atentar para a inter-relação das partes na composição do todo é essencial para o entendimento das interações organismo-ambiente” (p. 59). Ambos os textos estão a salvo de qualquer incoerência, uma vez que o alvo do autor, no texto de 1989, é definir qual é o objeto de estudo da Psicologia, o que é diferente do objetivo do texto de 2012, onde a preocupação é com os riscos de se sinonimizar comportamento com interação. Provavelmente fazem sentido certas dissensões sobre se a Análise do Comportamento estuda relações *organismo-ambiente* ou, como para alguns, relações *comportamento-ambiente*. O mesmo talvez se aplique ao objeto de estudo da própria

Análise do Comportamento: consiste ele no estudo do comportamento? No estudo do comportamento nas suas relações com o ambiente? No estudo do comportamento nas relações organismo-ambiente?

Contudo, a ausência de consenso não atinge apenas a Análise do Comportamento, estando também na Biologia. Levitis, Lidicker e Freund (2009) desenvolveram reveladora pesquisa sobre inconsistências também presentes na área temática de Biologia Comportamental. Avaliaram escolhas de conceitos de comportamento feitas por 174 participantes, membros de pelo menos uma entre três sociedades científicas importantes. Foram apresentadas aos sujeitos 13 asserções qualificativas de atividades a serem classificadas como comportamento ou não-comportamento (por exemplo: “um comportamento é sempre executado através de atividade muscular”; “um comportamento ocorre sempre em resposta a um estímulo ou conjunto de estímulos”; “um comportamento é sempre uma ação, em vez de falta de ação”; “uma alteração do desenvolvimento não é um comportamento”) para serem associadas com um ou mais exemplos situacionais (por exemplo: “a pelagem de um coelho fica mais espessa no inverno”; “uma planta direciona suas folhas para uma fonte de luz”; “uma pessoa decide não fazer nada amanhã se chover”; “bandos de gansos voam em formações em V”). Concluem os autores:

Our results show that existing definitions of behaviour do not generally agree on what is or is not behaviour. ... Behavioural biologists in our survey also showed a corresponding confusion over the meaning of ‘behaviour’. More than half of respondents at all levels of expertise gave contradictory answers. (p. 107)

Não é sem propósito que o título deste artigo restringe-se à busca de uma compreensão de ‘comportamento’ no particular contexto do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento (o que, de todo modo, não torna a tarefa muito mais simples). Como se vê pelo trabalho de Levitis et al (2009) há tanta divergência quanto tão diversos são os campos de atuação científica em que o conceito é utilizado. No entanto, por vezes encontramos alguns reconfortantes “problemas” ou “dúvidas” semelhantes em outras áreas. Vejamos alguns comentários de Millikan (1993) dirigidos ao âmbito da Etologia:

Any animal's activities can be described in a potentially infinite number of ways, hence classified under any of a potentially number of categories of form. Behavior, I will argue, is the *functional* form of an animal's activity. Other forms of the animal's activity are not relevant to behavioral science. As such, behavior obviously cannot be isolated and described prior to speculation about function; to offer a description of behavior is to offer a hypothesis, precisely, as to what has a function. Further, because the functions of behaviors are to make specific impacts on the environment, behaviors cannot be isolated and described apart from reference to the environment. (...) A behavior is, I suggest, at least this: (1) It is an external change or activity exhibited by an organism or external part of an organism; (2) It has a function in the biological sense; (3) This function is or would be fulfilled normally via mediation of the environment, or via resulting alterations in the organism's relation to the environment. (pp. 135-136)

SKINNER, COMPORTAMENTO, ET CAETERA

Embora tenha publicado desde o início da década de 1930, Skinner efetivamente começa a se tornar referência com seus artigos de 1935 e 1937 (“*Two types...*” “I e II” e com seu livro de 1938 (*The Behavior of Organisms*). Nesses artigos, o autor trata de bem caracterizar as diferenças entre comportamento operante e respondente, mas não aprofunda o próprio conceito de comportamento: “It is a necessary recognition of the fact that in the unconditioned organism two kinds of behavior [o operante e o respondente] may be distinguished... I shall call such a unit an *operant* and the behavior in general, *operant behavior*”. (1937, p. 273). Já no seu primeiro livro (1938), Skinner veta todas as interpretações de ‘comportamento’ como processo mental ou psíquico:

Although the kind of datum to which a Science of behavior addresses itself is one of the commonest in human experience, it has only recently come to be regarded without reservation as a valid scientific subject matter. It is not that man has never talked about behavior nor tried to systematize and describe it, but that he has constantly done so by indirection... Primitive systems of behavior first set the pattern by placing the behavior of man under the direction of entities beyond man himself. ...the ultimate direction and control have been assigned

to entities placed within the organism and called psychic or mental. ...The investigation of behavior as a scientific datum in its own right came about through a reformation of psychic rather than neurological fictions. (pp. 3-4)

É nesse cenário que Skinner começa a contextualizar uma definição de comportamento:

It is necessary to begin with a definition. Behavior is only part of the total activity of an organism, and some formal delimitation is called for. ...As distinct from the other activities of the organism, the phenomena of behavior are held together by a common conspicuousness. Behavior is what an organism *doing* or more accurately what it is observed by another organism to be doing. (p. 6) ... But to say that a given sample of activity falls within the field of behavior simply because it normally comes under observation would misrepresent the significance of this property. It is more to the point to say that *behavior is that part of the functioning of an organism which is engaged in acting upon or having commerce with the outside world.* ... By behavior, then, I mean simply the movement of an organism or of its parts in a frame of reference provided by the organism itself or by various external objects or fields of force. It is convenient to speak of this as the notion of the organism upon the outside world, and it is often desirable to deal with an effect rather than with the movement itself. (p. 6, *itálicos adicionados*)

Desde logo, importante notar que, ao propor que “comportamento é uma parte do funcionamento do organismo”, Skinner sinaliza que o local de sua ocorrência é o próprio organismo, mas também esclarece que, nessa ocasião, o organismo está interagindo com o ambiente, sobre o qual age ou com o qual, de alguma maneira, interage. A asserção skinneriana será, então, indício suficiente para concluir que o comportamento constitui uma configuração tal do funcionamento do organismo de maneira a que, em dada ocasião, este se encontre, de alguma forma a especificar, (contingências a serem descritas), em interação com o ambiente? O autor dirá (1953/2003) que é isso que acontece: “As variáveis externas, das quais o comportamento é função, dão margem ao que pode ser chamado de análise causal ou funcional” (p. 38), o que corrobora a ideia de que o comportamento é atividade *do* organismo, embora

sua ocorrência *dependa* de um vínculo relacional com o ambiente. Quando Skinner diz (1981, p. 501) que o comportamento é produto conjunto de contingências filogenéticas, ontogenéticas e culturais, está informando, adicionalmente, que comportamento não é, e nem equivale às próprias contingências, mas estas descrevem relações entre comportamento e ambiente.

Talvez o mais veemente registro sobre a dificuldade de definir comportamento venha do próprio Skinner (1953/2003). Apesar de utilizar, nesse texto, 2572 ocorrências do termo, o autor tece diversas considerações sobre ‘comportamento’ mas não propõe uma definição sobre “o que é comportamento”. É muito conhecida sua clássica declaração em *Ciência e Comportamento Humano*:

O comportamento é uma matéria difícil, não porque seja inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um *processo* e não uma *coisa*, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente, e, por esta razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista. Contudo, não há nada essencialmente insolúvel nos problemas que derivam desse fato. ... Quando contamos uma anedota ou passamos adiante uma bisbilhotice, relatamos um *simples acontecimento* – o que alguém fez em tal ou qual ocasião: “ela bateu a porta e foi-se embora sem uma palavra”. A narrativa é apenas um pedacinho da história. A história em si, é, às vezes, nada mais que uma narrativa semelhante em maior escala. (p. 16)

A caracterização skinneriana, espalhada ao longo de sua obra, acaba permitindo uma miríade de interpretações possíveis. Entre comentadores brasileiros, Gianotti (1974) conclui depreender-se da leitura de Skinner “...sua concepção do comportamento como um *fazer* que envolve a ação do organismo como um todo” (p. 88). A interpretação do autor salienta que, em Skinner, os enunciados teóricos passam a se referir a acontecimentos do mundo, exclusivamente descritos em termos físicos, onde tudo o que acontece passa a existir num único nível de realidade, que comporta tanto os objetos referidos pelos enunciados científicos quanto os próprios enunciados, o que levaria a uma indagação crucial: “nesse contexto, porém, como pode inserir-se o comportamento entendido como um processo?” (p. 84). Se, por hipótese, comportamento

e ambiente fazem contato entre si, haveria, para Skinner, um momento que fragmentaria essa relação, indiretamente referida quando aponta que o intercâmbio entre organismo e ambiente inclui uma linha natural de fratura entre comportamento e meio. Se tal conjectura faz sentido, viabiliza-se a ideia de que tal “fratura” é, de fato, uma fratura? Ou seja, se não existe momento (temporalmente demarcado) no qual nada físico aconteça (uma espécie de “vácuo” de acontecimentos), então comportamento (de fato, circunstancialmente, resposta) e ambiente se “tocam” e, sendo ambos de natureza física, interagem e são mutuamente afetados? Nessa interação, uma vez que só há comportamento se “imerso” no meio, é que residiria o próprio objeto de estudo da Análise do Comportamento, ou seja, o comportamento no seu relacionar-se com o ambiente, lembrando que relacionar-se não é o mesmo que relacionamento, da mesma maneira que comportar-se não é o mesmo que comportamento? Mas, saber que eventuais relações entre variáveis ambientais e orgânicas constituem nosso objeto de estudo responde à pergunta sobre se o próprio comportamento é relação? Por esse ângulo, não é difícil entender as razões pelas quais olhar estritamente para a dimensão física do “fazer” é interpretado como uma forma reducionista de descrever o comportamento no sentido de “o que o organismo faz”.

Para Kitchener (1977), se Watson se baseava numa “psicologia das contrações musculares”, Skinner se interessava pelas atividades dos organismos. Em suas palavras:

...the psychologist (i.e., behaviorist) is interested, Skinner claims, in what the organism *doing... behavior is that part of the functioning of the organism which is engaged in acting upon or having commerce with the outside world.* (...) behaviorists are not interested in physical movements *per se* but only as they help them to understand behavior as action. (pp. 59, 65; itálicos adicionados).

Se, efetivamente, “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são, por sua vez, modificados pelas consequências de sua ação” (Skinner, 1957/1978, p. 15), então, quem contata o ambiente é o organismo e o que muda é o corpo, “reconfigurado” no operante mediante a seleção pelas consequências; ou seja, muda seu modo de funcionar diante do ambiente, à

maneira concebida por Skinner (1938, p. 6).

Em fazendo sentido essa suposição skinneriana, pode-se adicionalmente considerar que a recuperação da história filogenética de muitas espécies nos permite lembrar que os organismos vivos são sensíveis às consequências. Nessa perspectiva, consequências não incidem sobre *o comportamento*, no sentido em que uma verbalização do tipo “Resposta certa! Parabéns!” afeta a sequência correta de respostas encadeadas para a solução de um dado problema de computação aritmética simples. Consequências incidem sobre e afetam *o organismo*, no sentido em que a sua complexa “configuração” corporal para responder adequadamente à questão aritmética em tela é selecionada, mudando a probabilidade de que, sob condições semelhantes, no futuro, *o organismo se comporte* de maneira similar (por isso a ideia de classe) à que produziu reforço positivo. Tal “configuração” é um arranjo corporal das partes envolvidas na emissão (neste caso) de uma cadeia de respostas (músculos, glândulas, neurônios e o que menos ou mais, corporalmente, for requerido para o aludido padrão comportamental). De um lado, tem existência material. De outro, essa existência não basta por si só. O comportamento é o próprio funcionamento do organismo segundo uma determinada organização corporal. Entretanto, o comportamento jamais está encerrado dentro do corpo do organismo como se este funcionasse tal qual um repositório ao qual o organismo pudesse recorrer buscando formas de agir a-históricas. Não há repertório comportamental pensado como repositório, à maneira da teoria da cópia. Não há um arquivo de eventos comportamentais. A mudança na “configuração” comportamental tem natureza histórica, no sentido de que decorre das interações organismo-ambiente; de modo correspondente, o corpo muda a cada interação. À pergunta sobre onde se localiza um repertório comportamental, a melhor resposta parece ser “Em lugar algum!”. Ou seja, é o corpo (constantemente mudado a partir de novas interações) que se altera e é o comportamento que apresenta padrões inerentes a essa configuração alterada. Em última análise, o que há de (estruturalmente) estável num organismo é (apenas) sua aparência, aos nossos (limitados, mas até por isso suficientemente funcionais) sentidos, que nos permitem identificar, ver ou ouvir o “outro” como “o mesmo” de ontem e que será provavelmente

“o mesmo” de amanhã. O *continuum* generalização-discriminação, na Análise do Comportamento, não apenas explica suficientemente esse fato, mas justifica pela funcionalidade biológica nosso interesse especial em relações *funcionais* e, não, num enfoque estrutural.

Diante da possibilidade de que o comportamento seja parte do próprio funcionamento do organismo, podemos ficar tentados a conceber que funcionamento só se dá em relação a algo ou alguma circunstância e que, por isso, comportamento seria, finalmente, interação. No entanto, é preciso considerar que interações, nesse caso, não são teóricas, não são abstratas, já que se dão no âmbito do corpo em funcionamento face ao ambiente, ou seja, no contexto de um mundo físico. Há uma diferença talvez sutil entre os termos ‘relação’ e ‘interação’. Embora ambos se refiram sempre a um plural de situações, organismos, acontecimentos ou eventos, é de se observar que ‘interação’ implica, mais propriamente, “ações conjuntas”, enquanto ‘relação’ implica, como já apontamos, nexos, dependência. A despeito de que sejam termos incluídos no jargão do analista como intercambiáveis, um modo de atentar para esse aspecto particular é retomar uma diferença classicamente marcada nos pressupostos fundamentais dos conceitos de contiguidade e contingência. Naturalmente, aqui ainda não estão em questão as diferenças dos conceitos matemáticos de relações e correlações.

A existência do comportamento reivindica um “relacionar-se com” (agora aproximado ao “interagir com”) o ambiente. Não há como falar do comportamento em si, mas somente nas suas relações com o ambiente. Não há como falar em ambiente, se não se especificam as condições ou o modo com que este faz intercâmbio com o organismo. O que o analista busca, finalmente, é descrever tais interações, procurando especificar quais tipos de relações de dependência estão em curso (o que se faz via análise de contingências). Nesse sentido, então, a própria interação *qua* interação e a própria relação *qua* relação constituem conceitos abstratos e destituídos de uma *res extensa*, mas não subsistem, no âmbito da análise comportamental, fora de um referente empírico. Especialmente no comportamento operante, são essas relações entre as variáveis representadas pelo funcionamento do organismo,

articuladas às variáveis ambientais que constituem o entorno antes-depois da emissão de respostas que completam o tipo de fluxo comportamental que provavelmente se repetirá num futuro semelhante. Note-se, portanto, que quem é sensível às mudanças ambientais é o organismo individual em sua ação, ou seja, que se comporta de uma dada maneira em dadas circunstâncias e é ou não reforçado por assim proceder; em contraposição, em mero trocadilho, “comportamento não se comporta” e, nesse sentido, não é este que, efetivamente, é conseqüenciado. Para tal, é preciso que seja comportamento *do organismo*, o que não é conceito corriqueiro e evidente quanto possa parecer. Entretanto, os analistas sempre falam em “comportamento conseqüenciado” e não em “organismo, funcionando de determinada forma, sendo conseqüenciado”. E isto parece se dar, particularmente, pela equalização também comum na literatura (inclusive com frequência nos textos do próprio Skinner) entre resposta (instância) e comportamento (tipo), conforme por ele exemplificado (cf. Skinner, 1957/1978, p. 32).

Se o comportamento é tal funcionamento do organismo, então não é o funcionamento que interage com o ambiente, mas o organismo mediante um modo específico de funcionar. Portanto, a Psicologia não é o estudo do comportamento (já que este não faz sentido sem ambiente) ou das interações entre comportamento e ambiente, mas estudo das interações entre um organismo que se comporta e seu ambiente. Comportamento interage? Se comportamento não é uma coisa, um organismo, a resposta é não. Se é, portanto, organismo funcionando (“fazendo”), o que é afetado (selecionado) é uma configuração específica de seu modo de fazer que implica um procedimento de reforçamento positivo ou negativo ou uma punição de tipo I ou II. Ou seja, seleção pelas conseqüências.

‘Correlações’, ‘relações’, ‘interações’ são termos que, embora sugiram ora apenas ocorrência simultânea, ora nexos, vínculo, dependência, não possuem extensão, não são *res extensa*. Não são diretamente “coisas” observáveis, mas há medidas que revelam sua existência processual: frequência de ocorrência, duração, topografia, força-peso e outras indicam (ou não) mera “convivência” casual ou “convivência” causal. Ou seja, para haver “o que o organismo faz” é preciso haver corpo. O que o organismo faz é comportamento. Mas comportamento

não existe unicamente pela existência de um corpo. É preciso mais: a existência desse corpo, mediante o “organismo em funcionamento”, para que se possa falar em comportamento. Além disso, há “o que o organismo faz” e o que “se faz no organismo”, em função de sua economia interna, que é uma “outra parte” do organismo em funcionamento: sistema circulatório e sistema respiratório, por exemplo (não confundindo, naturalmente, as situações onde adjetivamos, qualificamos esses acontecimentos, como “uma *respiração ofegante* de alguém diante da frenagem brusca de um carro próximo à área reservada à passagem de pedestres”). Naturalmente, referimo-nos, aqui, aos eventos da economia corporal interna, que garante as funções básicas de sobrevivência filogeneticamente estabelecidas para cada espécie. Nesse sentido estrito, esses acontecimentos não são comportamento, não constituem aquela “parte do funcionamento do organismo” a que Skinner se refere. É, distintamente, “economia interna” que não está em intercâmbio (*commerce*) no sentido de que é afetada por conseqüências do ambiente externo da mesma forma em que o operante o faz, aspecto que é o interesse prioritário deste ensaio. É parte do funcionamento vinculado ao sentido da vida: o organismo vivo respira, seu sangue circula. Tanto assim é que a aferição dos “sinais vitais” é um critério anatômico-fisiológico para se dizer que o organismo está vivo ou não.

Cabe ainda mencionar que, com frequência, a literatura revela uma concepção de comportamento e seleção pelas conseqüências que parece não estar, verdadeiramente, em Skinner, qual seja uma que diz respeito às práticas culturais e suas conseqüências. Uma vez que Skinner escreve (1953/2003): “É comum falar de família, clã, nação, raça e de outros grupos como se fossem indivíduos. Conceitos como ‘o pensamento do grupo’, ‘o instinto do rebanho’, e ‘caráter nacional’ foram inventados para apoiar esse procedimento. Entretanto, é sempre o indivíduo que se comporta” (p. 340).

Parece lícito o entendimento de que não há conseqüência para o grupo, uma vez que este não é um organismo. Assim pensado, o comportamento é, uma vez mais, vinculado às atividades dos organismos individuais, ainda que nos episódios sociais haja sempre mediação por outrem e ainda que esses episódios sejam caracterizados como

sociais por Skinner, embora não por uma “natureza intrinsecamente social” de quaisquer organismos, mas pela mediação de comportamento de uns pelos comportamentos de outrem. Entretanto, destinada a uma análise comportamental da cultura, embora seu avanço notável nos últimos anos, não parece estar definida uma unidade de análise nova e definitiva (como metacontingência) que substitua o instrumento da tríplice contingência para explicitar a organização do comportamento em práticas culturais como reunião de operantes individuais articulados ou entrelaçados em função de consequências comuns a todos os participantes dessas práticas. Do mesmo modo como não parece plausível pensar em comportamento operante meramente como uma reunião de instâncias concebidas como respostas organizadas em classes: tais conceitos (ou conjecturas sobre conceitos) ainda carecem de sistematização e experimentação, embora, de todo modo, as instâncias mais remotas ou moleculares, como respostas discretas, tenham funcionado como episódio singular do comportamento passível de alguma forma de mensuração que permita avaliar a efetividade do seu nexos com o ambiente. Em outras palavras, a generalidade da ideia de comportamento não o transforma num amplo “guardachuva” a abrigar algo que seja, como uma resposta, o que há de mais básico como unidade de medida do comportamento. O critério está sempre ao arbítrio do pesquisador. Este pode tanto selecionar uma resposta discreta e medi-la (o fechamento do circuito elétrico numa caixa de Skinner e a consequência decorrente, uma singular pelota de alimento), quanto selecionar uma cadeia de respostas (entre si topográfica e funcionalmente distintas) de manipular um cordão de sapatos que, ainda, não é um comportamento de “amarrar sapatos”, amplo e dependente de outras variáveis quanto possa ser em cada situação.

CONSIDERAÇÕES (PROVISORIAMENTE) FINAIS

A complexidade do conceito de comportamento é notória em toda a literatura examinada. Não o fosse, não duraria mais de cem anos (108, se considerarmos Jennings, 1906) e não se justificaria a provisoriedade admitida por eminentes autores ao longo da pré-história e da história do behaviorismo. Consideremos ainda outro episódio que ilustra tal admissão por Skinner (1984a), revelando mais uma faceta de

possível desdobramento da ideia, aqui amplamente debatida, de que comportamento possa ser “o que o organismo faz”:

There is no essence of behavior. The very expression ‘what an organism does’ is troublesome because it implies that the organism initiates its behavior. There are many kinds of organisms, and they do many different things. When one analyzes a single instance, boundary problems arise. Is talking to oneself behavior? I would say yes, but I do not think behavior is necessarily muscular action. (p. 722)

Como bem assinalou Lopes (2008), lembrando Santo Agostinho, “...nossa certeza em relação ao comportamento acaba quando somos solicitados a formular uma definição” (p. 2). Há mais de cem anos (adotando como marco histórico o “manifesto” de Watson), o conceito vem sendo debatido no âmbito do behaviorismo, sem qualquer sinal de entendimento consensual. Embora essa constatação não justifique concluir este texto sem a apresentação de uma definição formal, retrata o estado real do comportamentalismo quanto a esse e outros termos de trabalho com que lidamos diuturnamente. A história e os avanços extraordinários até aqui alcançados não sofreram grandes limitações ou interrupções pelo fato de que o conceito de comportamento e alguns outros continuem polêmicos. De nossa parte, fica o convite a refletir sobre que, mesmo o comportamento sendo efetivamente considerado um fluxo contínuo e evanescente, parece passível de ser mensurado, como de fato o é, mediante as estratégias de pesquisa e análise desenvolvidas pelos analistas. Também é contínuo, fluido e evanescente o comportamento de tomar de uma caneta e escrever por parte de uma criança que elabore uma “composição” sobre o Natal em sala de aula. Mas é possível materializar o registro de sua atividade – embora a natureza evanescente de suas reflexões – retomando seu caderno, seus escritos, sua caligrafia ou as anotações do professor sobre seu desempenho. Evidentemente, a interpretação do comportamento só é possível no âmbito de suas relações com o ambiente e, nesse sentido, estamos sempre interessados nas interações presentes nesse contexto. Muitos outros textos foram por nós examinados e inúmeras obras e passagens importantes ficaram fora deste trabalho, dada a sua complexidade e extensão que seria dele exigida

para melhor detalhamento. Esperamos, entretantes, que apesar de não ser aqui oferecida uma definição pretensamente “definitiva” de comportamento, estejam bastante claras para o leitor nossas reflexões e sugestões de encaminhamento das questões teóricas examinadas. De fato, independentemente da maneira com que particularmente (a depender de nossa história de formação acadêmica específica em relação ao tema) compreendamos o termo ‘comportamento’, o modo pelo qual o analista do comportamento atua em relação à interpretação da realidade continua sendo bastante consistente, pragmática e auspiciosa: não há mentalismo, não há eu iniciador, não há magia. Há contingências operando!

REFERÊNCIAS

- Angell, J. R. (1913). Behavior as a category of psychology. *Psychological Review*, 20, 255-270.
- Bawden, H. H. (1918). The presuppositions of a behaviorist psychology. *Psychological Review*, 25, 171-190.
- Bawden, H. H. (1919). The evolution of behavior. *Psychological Review*, 26, 247-276.
- Bode, B. H. (1914). Psychology as the science of behavior. *Psychological Review*, 21, 46-61.
- Borges, J. U. A. (2002). *Análise do comportamento de vigas de concreto de alto desempenho por meio da mecânica da fratura*. Tese de Doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Calkins, M. W., Dunlap, K., Gardiner, H. N., Ruckmich, C. A., & Warren, H. C. (1922). Report of the committee on terminology (APA), part II. *Psychological Bulletin*, 19, 230-233.
- Casati, R., Varzi, A. (2006) Events. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Retirado em 17/03/2014 de <http://plato.stanford.edu/entries/events>.
- De Laguna, G. A. (1919). Emotion and perception from the behaviorist standpoint. *Psychological Review*, 26, 409-427.
- De Rose, J. C. C. (2001) O que é comportamento. Em R. A. Banaco (Org.) *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação* (pp. 79-81). Santo André: ESETEC.
- Gianotti, J. A. (1974). O que é fazer? Um estudo sobre B. F. Skinner. *Estudos CEBRAP*, 9, 42-85.
- Hegenberg, L. (1974). *Definições: Termos teóricos e significado*. São Paulo: Editora Cultrix e Editora da USP.
- Jennings, H. S. (1906). *Behavior of the lower organisms*. New York: The Columbia University Press.
- Kantor, J. R. (1919). Psychology as a science of critical evaluation. *Psychological Review*, 26, 1-15.
- Kantor, J. R. (1920). A functional interpretation of human instincts. *Psychological Review*, 27, 50-72.
- Kantor, J. R. (1968). Behaviorism in the history of psychology. *Psychological Record*, 18, 151-166.
- Kantor, J. R. (1975). The isolation and investigation of psychological events. Em J. E. R. Kantor, & N. W. Smith (Orgs.), *The science of psychology: An interbehavioral survey* (pp. 3-17). Chicago: Principia Press.
- Keller, F. S., Schoenfeld, W. N. (1974). *Princípios de psicologia* (C. M. Bori & R. Azzi, Trad.). São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. (Obra original publicada em 1950)
- Kitchener, R. F. (1977). Behavior and Behaviorism. *Behaviorism*, 5, 11-71.
- Levitis, D. A, Lidicker Jr., W. Z., & Freund, G. (2009). Behavioural biologists do not agree on what constitutes behaviour. *Animal Behaviour*, 78, 103-110.
- Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10, 1-13.
- MacDougall, W. (1912). *The study of behavior*. New York: Henry Holt & Co.
- Mach, E. (1915). *The Science of mechanics: A critical and historical account of its development*. Chicago: Open Court. (Obra original publicada em 1883)

- Matos, M. A. (1997). Com que o behaviorismo radical trabalha. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação* (pp. 45-53). Santo André: Arbytes Editora.
- Matos, M. A. (1999). Análise funcional do comportamento. *Revista Estudos de Psicologia*, 16, 8-18.
- Metlitski, M. A. (2011). *Aspects of critical behavior of two dimensional electron systems*. Tese de Doutorado, Harvard University, Cambridge.
- Millikan, R. G. (1993). *White queen psychology and other essays for Alice*. Cambridge: The MIT Press.
- Pillsbury, W. B. (1911). *The essentials of psychology*. New York: The MacMillan Company.
- Pillsbury, W. B. (1916). *The fundamentals of psychology*. New York: The MacMillan Company.
- Ribes-Iñesta, E. (2004). Behavior is abstraction, not ostention: Conceptual and historical remarks on the nature of Psychology. *Behavior and Philosophy*, 32, 55-68.
- Roback, A. A. (1923). *Behaviorism and psychology*. Cambridge: University Bookstore.
- Robinson, J. A. (2003). *Trece trucos de magia: El origen verbal de los mitos en Psicología*. Hermosillo: Comunidad Los Horcones.
- Roche, B., & Barnes, D. (1997). The behavior of organisms? *The Psychological Record*, 47, 597-618.
- Skinner, B. F. (1935). Two types of Conditioned Reflex and a Pseudo Type. *Journal of General Psychology*, 12, 66-77.
- Skinner, B. F. (1937). Two types of Conditioned Reflex: A Reply to Konorski and Miller. *Journal of General Psychology*, 16, 272-279.
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961). The concept of reflex in the description of behavior. Em B. F. Skinner, *Cumulative record: A selection of papers* (2^a ed., pp. 319-346). New York: Appleton-Century-Crofts. (Obra original publicada em 1931)
- Skinner, B. F. (1978). *O Comportamento Verbal* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix/EPUSP. (Obra original publicada em 1957).
- Skinner, B. F. (1984). Reply to Harnad. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 713-724.
- Skinner, B. F. (1984). *Contingências de reforço: Uma análise teórica* (R. Moreno, Trad.) Em Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril. (Obra original publicada em 1969)
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953)
- Tawney, G. A. (1915). What is behavior? *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, 12, 29-32.
- Todorov, J. C. (1989). A Psicologia como estudo das interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5, 347-356.
- Todorov, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 3, 32-37.
- Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da psicologia: algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10, 1-8.
- Warren, H. C., Calkins, M. W., Dunlap, K., Gardiner, H. N., & Ruckmich, C. A. (1918). Report of the committee on terminology, APA, part I. *Psychological Bulletin*, 15, 89-95.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as a behaviorist views it. *Psychological Review*, 20, 158-177.
- Watson, J. B. (1916). The place of the conditioned reflex in psychology. *Psychological Review*, 23, 89-116.
- Watson, J. B. (1917). An attempted formulation of the scope of behavior. *Psychological Review*, 24, 329-352.
- Weiss, A. P. (1917a). Relation between structural and behavior psychology, I. *Psychological Review*, 24, 301-317.
- Weiss, A. P. (1917b). Relation between structural and behavior psychology, II. *Psychological Review*, 24, 353-368.
- Weiss, A. P. (1922). Behavior and the central nervous system. *Psychological Review*, 29, 329-343.
- Weiss, A. P. (1924a). Behaviorism and behavior, I. *Psychological Review*, 31, 32-50.
- Weiss, A. P. (1924b) Behaviorism and behavior, II. *Psychological Review*, 31, 118-149.